

PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PÓS-PANDEMIA

O ano de 2020 será sempre lembrado em virtude da pandemia de covid-19, não apenas pela sua dimensão sanitária. Se é verdade que a crise atingiu diretamente o setor da saúde e resultou em perdas irreversíveis de vidas humanas, a crise na atividade econômica também tem um potencial devastador na sociedade brasileira. Com o objetivo de contribuir em possíveis soluções para atenuar a crise ou até mesmo reverter o panorama atual da economia brasileira, a presente publicação conta com uma série de oito textos em formato de *policy papers*. Os autores, com experiência em pesquisa e atuação nos diferentes temas e áreas da economia, produziram análises sobre os condicionantes atuais e medidas que possam fomentar a economia brasileira.



978-65-990094-4-3

PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PÓS-PANDEMIA

PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PÓS-PANDEMIA

PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PÓS-PANDEMIA

Rio de Janeiro, 2020

Editor responsável

Anja Czymmeck

Coordenação editorial e revisão

Luiz Eduardo Garcia da Silva

Projeto gráfico

Daniela Knorr

Impressão

Oficina de Livros

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Lumos Assessoria Editorial

Bibliotecária: Priscila Pena Machado CRB-7/6971

P467 Perspectivas e desafios da economia brasileira no pós-pandemia / [coordenação editorial e revisão Luiz Eduardo Garcia da Silva]. — Rio de Janeiro : Konrad Adenauer Stiftung, 2020.
84 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-990084-4-3

1. Brasil – Condições econômicas. 2. Brasil – Política econômica. 3. Comércio internacional. 4. COVID-19 (Doença) – Aspectos econômicos. I. Silva, Luiz Eduardo Garcia da. II. Título.

CDD 338.981

As opiniões externadas nesta publicação são de exclusiva responsabilidade de seus autores. Não são necessariamente opiniões da Fundação Konrad Adenauer.

Todos os direitos desta edição reservados à

© 2020, Konrad Adenauer Stiftung e.V.

Fundação Konrad Adenauer

Rua Guilhermina Guinle, 163 • Botafogo CEP: 22270-060 • Rio de Janeiro, RJ • Brasil

Tel: (+55/21) 2220-5441 • Fax: (+55/21) 2220-5448

O CONTEXTO, AS SAÍDAS E AS TRANSFORMAÇÕES NECESSÁRIAS NO PÓS-PANDEMIA

▮ Gustavo Inácio de Moraes

Este artigo tem como objetivo avaliar o momento da economia brasileira e sugerir, à luz da ocasião encaminhamentos que entenderemos como possíveis. O artigo é dividido em 4 seções, a primeira contextualizando brevemente o momento econômico associado a pandemia, a segunda concentrada em saídas que julgamos de curto prazo, a terceira complementando com ações de longo prazo e, enfim, uma última seção, conclusiva.

▮ CONTEXTO – DO PROCESSUAL AO SÚBITO

A pandemia do covid-19 chegou ao Brasil e na América Latina em um momento de dificuldades políticas e econômicas, com acirramento de movimentos populares nos países da região e fuga de capitais (Banco Central do Brasil, fevereiro de 2020) expressiva. A vulnerabilidade brasileira, econômica e institucional, empresta uma urgência as medidas que serão voltadas à recuperação econômica.

Gustavo Inácio de Moraes, Economista e Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da PUCRS

Na realidade a crise sanitária apenas expõe ao público, empresas e governos tendências que estavam latentes na sociedade, vagarosamente instalando-se em processos visíveis aos mais atentos, e que subitamente tornam-se presentes. O que era então um processo torna-se abrupto e encontra algumas sociedades e economias mais despreparadas e outras mais aptas a lidarem com as convergências.

Com a adoção dos protocolos voltados para o distanciamento social e o fechamento das atividades econômicas nos meses de março, abril e maio, aquilo que era um ritmo de crescimento econômico ao redor de 1%, transformou-se em uma queda de 1,5% no 1º trimestre do ano (IBGE, 2020). Mais relevante, a interrupção do fluxo circular de renda comprometeu a liquidez de toda a economia nas mais diversas atividades, encurtando o giro das empresas, forçando a busca por crédito e obrigando a renegociação com fornecedores e proprietários de imóveis, criando uma tendência deflacionária na maior parte dos setores, exceção feita a alimentos, medicamentos e produtos de higiene. De fato, a pandemia atinge os setores de serviços com mais intensidade, em comparação a outras atividades, significativos empregadores na economia brasileira. Há que se ter em mente que o mercado de trabalho apresentava números pífios que retratavam a condição de subdesenvolvimento da economia. Como produto da interrupção das atividades ainda temos a queda da arrecadação dos impostos (Receita Federal, 2020), especialmente a arrecadação estadual, ampliando as dificuldades de um setor público que ainda procurava um ajuste efetivo após a recessão econômica e a paralisa econômica posterior entre os anos de 2014 e 2019.

Desse modo é necessário no período pós-pandemia três dimensões de atuações voltadas para: (1) atendimento da liquidez e caixa das empresas; (2) qualificação do mercado de trabalho; (3) equacionamento das dificuldades no setor público, especialmente nos estados e municípios. Em face da complexidade social e econômica do momento dividiremos nossas sugestões em ações que julgamos ao alcance, ou aqui entendidas como de curto prazo, e ações estruturais, ou aqui imaginadas como de longo prazo.

I AÇÕES AO ALCANCE – CURTO PRAZO

Mercado de Crédito / Liquidez

Julgamos que a maior urgência da economia brasileira é tentar manter seus empreendedores ativos e suas criatividades e vocações preservadas. Com a interrupção das trocas habituais no sistema econômico, compromissos como folhas e pagamento e aluguéis-leasing de imóveis e equipamentos ficaram comprometidos. Nesta economia, onde “quem tem liquidez é rei” a busca por fundos de crédito junto às instituições financeiras defrontou-se com taxas proibitivas, ainda que houvesse a liberação de depósitos compulsórios por parte do Banco Central, ato contínuo ao deflagrar da crise sanitária (Banco Central do Brasil, março de 2020).

A elevação das taxas justifica-se por três fatores: no lado da demanda a elevação súbita da necessidade de liquidez, mesmo para empresas bem providas, mas cautelosas quanto ao futuro; segundo, no lado da oferta, uma súbita dificuldade por parte das instituições financeiras em precificar o risco e determinar a viabilidade de negócios em um contexto onde parâmetros de balanços financeiros poderiam estar defasados ou obsoletos diante de um cenário inédito; terceiro, uma cartelização de instituições financeiras, sobretudo no segmento de varejo, onde pequenos e médios negócios tradicionalmente se apoiam.

Ainda que alguma argumentação se desenvolva na ideia de que, em contexto de crise, as grandes empresas tenham maiores chances de sobrevivência, não vemos como concorrentes os segmentos (IBGE, 2019). Ademais deve-se destacar a importância dos pequenos negócios em geração de empregos e, poucas vezes, notada, a importância regional. Muitos municípios e microrregiões brasileiras tem a predominância desse perfil de negócios fortalecendo a economia local (SEBRAE, 2014).

Assim, como consequência, enxergamos a atuação dos bancos de desenvolvimento (BNDE, BNB, BRDE etc) como essencial já que os bancos de varejo também encontram dificuldades para precificar o risco. A atuação dos bancos de desenvolvimento poderia ser rapidamente e decisivamente convertida para os projetos de desenvolvimento e sobrevivência das pequenas e médias empresas. Julgamos que o segmento de varejo e atacado dos bancos privados pode atender grandes clientes.

Mercado de Trabalho

Em paralelo, na segunda dimensão de atuação, o mercado de trabalho, com a dispensa de trabalhadores predominantemente nas atividades de comércio tem uma necessidade de reciclagem operacional dos trabalhadores gigantesca (CAGED, 2020). Trabalhadores em idade madura devem estar encaminhados para centros de treinamento e reciclagem de habilidades, possibilitando não apenas o aumento da produtividade (necessidade urgente da economia antes da pandemia), mas também a geração de renda independente dos programas sociais protetivos. Nesse particular é relevante notar que as universidades públicas, bem como as comunitárias, além dos institutos federais podem se converter rapidamente nesse espaço de aprendizado e renovação para a mão de obra, sobretudo aquela que anteriormente era informal na economia.

Setor Público

Na dimensão setor público, os estados e municípios viverão as maiores dificuldades, consequência da diminuição da arrecadação, fruto de uma estrutura tributária ancorada em tributos pró-cíclicos. Aos pequenos municípios, dependentes de transferências, ainda mais grave a situação arrecadatória pode ser agravada com a necessidade de despesas de saúde e proteção sociais, mais urgentes. Nesses desafios crescerá a importância de compras de equipamentos e serviços por parte dos municípios de forma consorciada, isto é em conjunto. Ainda que preservem sua autonomia política, a situação financeira obrigará a explorar a importância das compras públicas em escala maior. Algumas ações já são desenvolvidas em regiões e produtos específicos (Teixeira, Silva e Salomão, 2014), mas aqui estamos apontando a necessidade de que os municípios atuem como efetivas regiões metropolitanas.

Para os estados, ainda no contexto de setor público, além das compras consorciadas, em parte viáveis, o orçamento público pode ser repensado em bases semestrais e/ou trimestrais, a primeira dessas mais viáveis, encurtando o ciclo orçamentário (lei orçamentária anual e lei de diretrizes orçamentárias, mais detalhadamente) permitindo a adaptação a situações novas e conscientizando o público, uma necessidade paralela de transparência ainda maior também apontada por Afonso (2016), poderes e servidores acerca das limitações que estes viverão. Encurtar prazos administrativos em crises sempre se mostra efetivo para o entendimento do problema, apesar de exigir um esforço adicional dos servidores na organização dos processos. Ademais, o instrumento da Lei de Responsabilidade Fiscal permite a racionalização dos gastos e

cortes que em tempos normais e superavitários não poderiam ser realizados e viabilizar a prioridade nas áreas de educação, segurança e saúde.

I AÇÕES ESTRUTURANTES – LONGO PRAZO

Nas ações estruturantes estamos propondo soluções que talvez demorem em serem adotadas ou seus impactos demorem a serem percebidos. Logo, não serviriam para amenizar a difícil situação do curto prazo, mas antes tornar a sociedade mais resistente a novos problemas e mais próspera na ausência destes. Acreditamos, ademais, que a adoção dessas medidas tarda na economia brasileira e seriam ações transformadoras da sociedade e economia do Brasil.

Mercado de Crédito

No primeiro foco, a liquidez das empresas e a oferta de crédito sem o estrangulamento do mercado, é preciso considerar que em qualquer situação extrema, semelhante a pandemia, haveria pressão sobre os mercados de crédito. Porém, uma estrutura mais competitiva permitiria que os impactos pudessem ser mais bem absorvidos.

Para tanto, o sistema de cooperativas e o de fintechs pode representar uma concorrência honesta e importante para o sistema de varejo bancário vigente. Com isso, não se quer dizer que os bancos devam sair do mercado ou devam ser penalizados, apenas que outras instituições também devam ser encorajadas e facilitadas. Tome-se o caso das fintechs que parte considerável dos ativos é direcionada a segmentos específicos, colaborando para uma oferta mais volumosa e transparente para clientes e contratantes de crédito. As cooperativas também podem colaborar para aperfeiçoar o sistema financeiro, não apenas pelo seu modelo de negócio, mas também por permitirem a oferta de produtos na medida dos interesses dos clientes, ou sob encomenda, ainda que ligeiramente mais caros dos que os produtos de prateleira dos bancos tradicionais de varejo.

Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho com predominância de trabalhadores desatualizados e vulneráveis em seu treinamento e condição educacional assinala para aquilo que muitos já entendem: a chave do aumento da produtividade, da diminuição da desigualdade e da realização do cidadão pelo esforço e criação

diligente apenas pode se dar com a adoção de um programa educacional objetivo e com verificação de aprendizado permanente em ciências humanas, biológicas e exatas.

As tendências presentes demonstram a importância de, qualquer que seja a atividade profissional: (1) do domínio de programação e uso de tecnologias remotas; (2) do domínio necessário de mais uma língua além da materna; (3) da resiliência psicológica e habilidades interpessoais. Uma inserção definitiva da economia brasileira no plano internacional exigirá a vocação da programação e soluções remotas, a produção de uma geração bilíngue e uma capacidade de comunicação superior à atual.

Embora tenhamos dado ênfase ao conteúdo, ressaltamos também a seleção de melhores experiências didáticas e sua disponibilidade por vias remotas aos estudantes de toda uma rede como algo necessário. Tal formato não elimina a necessidade de um professor, ou o desemprega, “in loco”, mas antes valoriza a particularidade do ensino.

Setor Público

Na terceira dimensão, o setor público, pode-se imaginar significativas alterações em três vias. A primeira ênfase se daria na estrutura de avaliação de políticas públicas, afinal os projetos públicos podem ter uma prioridade política e legitimada pela escolha dos representantes, mas quando essa escolha segue para a direção oposta das avaliações a justificativa deve ser mais extensa. Com efeito, critérios técnicos elencariam os prós e contras de medidas e orientariam não apenas o executor, mas também a população que recebe as referidas políticas / escolhas.

Nas despesas públicas, onde as presenças de desbalanceamentos entre as prioridades da população e as execuções governamentais ficam claras conforme há uma centralização dos recursos. Percebe-se que no nível municipal as prioridades entendidas como as mais relevantes são atendidas com maior peso e significância do que nos níveis estadual e federal. Logo, a maior descentralização das despesas, concomitante a arrecadação, é uma tarefa que pode dar conta das heterogeneidades de um espaço continental e, em paralelo, de maior fiscalização pelos cidadãos.

Finalmente, último nível relevante é a da arrecadação. Para além da estrutura regressiva presente na ostentação dada aos impostos sobre consumo

e produção, há a necessidade de depender menos da atividade econômica para a arrecadação de tributos, problemas que se relacionam. No nível dos Estados, o ICMS representa cerca de 80% da arrecadação, o que em tempos de crise, como a da pandemia, lança-os em dificuldades.

MENSAGEM FINAL

As ações e medidas aqui discutidas, na condição de concordância com as mesmas, e outras em qualquer aspecto da sociedade, devem contar com o respaldo e confiança de uma sociedade engajada e conscientizada de que o empobrecimento potencial da economia é real n condição de pandemia ou outra qualquer vulnerabilidade ou imprevisto.

Portanto, cabe recordar, na medida das possibilidades, a necessária transmissão uniforme de estratégias e medidas como um pressuposto de liderança. A inexistência de uma clareza de comunicação nunca contribuiu para que houvesse proteção contra qualquer risco, tampouco avanço para a superação de tempos difíceis.